

Francisco de Aquino Júnior
Maurício Abdalla
Robson Sávio
(Orgs.)



PAPA FRANCISCO

COM OS MOVIMENTOS POPULARES

2014 – Roma
2015 – Bolívia
2016 – Roma



Apresentação

Reconhecemos nós, de verdade,
que as coisas não andam bem num mundo
onde há tantos camponeses sem terra,
tantas famílias sem teto,
tantos trabalhadores sem direitos,
tantas pessoas feridas na sua dignidade?
(Papa Francisco aos Movimentos Populares, II, 6).

Com prazer apresento mais uma publicação do Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Camara (CEFEP), organismo da CNBB, sobre *O Papa Francisco com os Movimentos Populares*.

Nos três encontros com os Movimentos Populares (2014, 2015 e 2016), o Papa Francisco apresenta sólidas reflexões para os Movimentos Populares, unindo sua voz à voz dos movimentos, ao expressar na reunião da Bolívia (2015): “A Bíblia lembra-nos de que Deus escuta o clamor do seu povo e também eu quero voltar a unir a minha voz à vossa, através dos famosos três “Ts”: *terra, teto e trabalho*” (II,5). Igualmente, nesse segundo encontro, realizado na Bolívia (2015), apresenta três grandes tarefas que requerem decisiva contribuição do conjunto dos movimentos populares:

– *A primeira tarefa: pôr a economia a serviço dos povos.* Os seres humanos e a natureza não devem estar a serviço do dinheiro. Digamos *NÃO* a uma economia de exclusão e desigualdade, em que o dinheiro reina em vez de servir.

– *A segunda tarefa: unir os nossos povos no caminho da paz e da justiça.* Os povos do mundo querem ser artífices do seu próprio destino. Querem caminhar em paz para a justiça. Não querem tutelas nem interferências, onde o mais forte subordina o mais fraco. Querem que a sua cultura, o seu idioma, os seus processos sociais e tradições religiosas sejam respeitados.

– *A terceira tarefa (e talvez a mais importante): defender a Mãe Terra.* A casa comum de todos nós está sendo saqueada, devastada, vexada impunemente. Não defendê-la é um pecado grave. Vemos, com crescente decepção, sucederem-se, uma após outra, as conferências internacionais sem qualquer resultado importante (cf. II,13ss).

Essa publicação responde exatamente ao objetivo do CEFEP, que é:

– contribuir com a formação de lideranças inseridas na política, em suas diferentes formas e níveis, a partir de uma reflexão das ciências sociais, da Bíblia e da Teologia;

– fomentar um pensamento social cristão em nosso país à luz dos valores evangélicos e do Ensino Social da Igreja.

Qual a justificativa para a CNBB criar o CEFEP? O Brasil vive um momento de transformações aceleradas. Como os cristãos poderão exercer sua missão neste mundo complexo da globalização? As Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil, renovadas a cada quatro anos, têm constatado o enfraquecimento da política, fruto de mudanças culturais – difusão do individualismo, do crescimento do poder dos grupos econômicos que impõem suas decisões à sociedade e substituem as instâncias políticas.

O CEFEP apresenta três eixos de atuação:

– *cursos de formação*: com duração de dois anos e turmas com média de cinquenta participantes de todas as regiões do país; o estudo é feito em parte com participação presencial e, em parte, a distância, numa parceria com a PUC-Rio, que oferece o certificado para os alunos após a elaboração de uma monografia;

– *rede de assessores*: realiza um seminário anual, em que planeja suas atividades, e tem produzido algumas publicações para o CEFEP;

– *articulação das escolas locais*: já temos mais de sessenta escolas locais ou regionais no Brasil; realizam um seminário anual para trocar experiências sobre seus conteúdos, metodologia e engajamento dos seus ex-alunos.

O Documento da CNBB, aprovado na 54^a Assembleia Geral, em Aparecida (SP), de 6 a 15 de abril de 2016, conhecido como Documento 105, tem como tema: “Cristãos leigos e leigas, na Igreja e na sociedade – sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14)”.

Esse documento tornou-se a base para o Ano Nacional do Laicato, que a CNBB promove desde a festa de Cristo Rei de 2017 até a festa de Cristo Rei de 2018. Aí lemos uma motivação especial para o exercício dos cristãos leigos e leigas, também no exercício da política. Após insistir na prioridade da formação dos cristãos leigos nas Igrejas particulares, o Documento 105 apresenta três elementos fundamentais para os cristãos leigos: “*Formação – espiritualidade – acompanhamento* (cf. n. 263).

Para isso, é urgente que as dioceses busquem: *estimular a participação dos cristãos leigos e leigas na política; impulsionar os cristãos a construírem mecanismos de participação popular; incentivar e preparar os cristãos leigos e leigas a participa-*

rem de partidos políticos e serem candidatos para o executivo e o legislativo; mostrar aos membros das nossas comunidades e à população em geral, que há várias maneiras de tomar parte na política: nos Conselhos Paritários de Políticas Públicas, nos movimentos sociais, conselhos de escola, coleta de assinaturas; *incentivar e animar* a constituição de Cursos e/ou Escolas de Fé e Política ou Fé e Cidadania, ou com outras denominações, nas dioceses e regionais; *acompanhar os cristãos* que estão com mandatos políticos (executivo e legislativo), no judiciário e no ministério público, e os que participam de Conselhos Paritários de Políticas Públicas”.

Aliás, a reflexão dos documentos da CNBB sobre a missão da Igreja no compromisso social não é nova, porque é baseada no Ensino Social da Igreja, no Concílio Vaticano II, nas Conferências da Igreja Latino-Americana.

Vejamos o Documento da CNBB, n. 40 (1988), p. 91, com lucidez, em sintonia com as mensagens do Papa Francisco que estudamos:

“A consciência da Igreja na sua missão evangelizadora leva a Igreja a:

– *Publicar* documentos sobre a nossa situação política e suas exigências de justiça social e de consciência moral; *criar organismos de solidariedade* em favor dos oprimidos e valorizar as organizações populares e suas iniciativas de participação; *denunciar as violações dos direitos humanos*, alertando contra novos mecanismos discriminatórios e contra entidades que se apresentam com falsa feição democrática; *encorajar a opção evangélica* pelos pobres e a suportar a perseguição e, às vezes, a morte, como testemunho de sua missão profética; *contribuir para a educação política*, a fim de que a pessoa humana seja sujeito de sua história e exerça

com responsabilidade a sua cidadania política; acompanhar os cristãos engajados na política partidária”.

O Papa Francisco, com seus ensinamentos, não só legitima esta caminhada como oferece passos novos a partir das exigências do Evangelho no compromisso dos cristãos na política.

O *objetivo da atual publicação*, então, é refletir sobre as provocações do Papa Francisco nos encontros mundiais com os Movimentos Populares, potencializando o engajamento dos cristãos nos processos sociais de luta por direitos dos pobres e marginalizados e na transformação das estruturas da sociedade.

Nessa perspectiva é que apresentamos esta obra, uma elaboração da Rede de Assessores do CEFEP, a quem agradecemos pela dedicação dos organizadores e dos autores dos artigos, com o desejo de tornar o nosso querido Papa Francisco mais conhecido e amado e, também, com o firme propósito de colocar em prática seus ensinamentos.

PADRE JOSÉ ERNANNE PINHEIRO

Secretário executivo do CEFEP

O Papa Francisco e o mundo de hoje

MANFREDO ARAÚJO DE OLIVEIRA*

I. Evangelizar para o novo Francisco

Compreendeu-se, mundo afora, que a escolha do nome Francisco para o novo papa significou a escolha de um programa de vida e de uma forma de serviço que cabe ao bispo de Roma na Igreja Católica. O Papa Francisco orienta todo seu ministério a partir da alegria profunda do Evangelho que enche “o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus”¹ e procuram nos mais diferentes lugares e situações renovar seu encontro pessoal com ele (AE 3). No discurso inaugural de suas atividades, ele afirmou claramente que isso implica uma Igreja que seja testemunha de uma vida simples, que tenha cuidado pelos mais frágeis, cuidado pela paz e pela natureza. Francisco de Assis, no mundo conturbado do início da Modernidade, concentrou-se naquilo que é essencial para a comunidade dos discípulos de Jesus: o Evangelho, e com ele os pobres deste mundo, para quem

* Doutor em Filosofia pela Universidade de Munique, professor de Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), assessor do Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Camara.

¹ PAPA FRANCISCO. Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, A alegria do Evangelho: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013, n. 1. Citada de agora em diante no texto como AE.

em primeiro lugar o anúncio do Reino de Deus constitui uma “Boa-Nova”.

Para o novo Francisco, isso significa para a Igreja em nossos dias a tarefa de tomar consciência de que o destino do povo de Deus não é diferente do destino de toda a humanidade e de que, portanto, a missão da Igreja consiste em inserir-se no mundo e abrir-se às alegrias e às esperanças, às tristezas e às angústias dos homens e das mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e atribulados. Daí a tarefa urgente: reabrir-se ao mundo para exercer o serviço da evangelização. Isso implica uma reconstrução da Igreja a partir do Evangelho e dos últimos deste mundo, uma Igreja que não se deixe seduzir pelo poder e pela riqueza, mas antes esteja centrada nos valores evangélicos, procurando atuar profeticamente no mundo por sua presença e seu serviço.

Assim, exige-se uma Igreja que seja capaz de escutar a sociedade, de ter sensibilidade para as gigantescas desigualdades sociais, de considerar com toda seriedade e sem temor todas as questões que a sociedade levanta, conhecendo e respeitando o ser humano em todas as suas dimensões, mostrando profunda compaixão diante do sofrimento e confrontando-se com as inúmeras formas de injustiça. Os gritos que pedem justiça continuam ainda hoje muito fortes: “... não podemos esquecer que a maior parte dos homens e mulheres do nosso tempo vive o seu dia a dia precariamente, com funestas consequências... O medo e o desespero apoderaram-se do coração de inúmeras pessoas...” (AE 52).

Trata-se “de um sistema econômico que põe os benefícios acima do homem, se o benefício é econômico, acima da humanidade ou do homem, são os efeitos de uma cultura do descarte” (I,11). É, diz o papa, “um *terrorismo de base* que

provém do controle global do dinheiro na terra, ameaçando a humanidade inteira” (III,9). Portanto, temos que olhar o mundo compreendendo que ele constitui em si mesmo um desafio ético/histórico sem precedentes e que nos desafia de forma radical a tomar decisões corajosas e livres no momento presente, refletindo sobre suas consequências, a fim de que elas sejam capazes de superar os males que nos afligem.

Para Francisco, evangelizar supõe da Igreja a capacidade de não se refugiar em si mesma, mas de sair de si mesma e ir para as periferias geográficas e existenciais do mistério da dor, do sofrimento, da violência, da injustiça, de toda miséria na vida humana. Uma Igreja que, por sua pregação e estilo de vida, ajude as pessoas a compreenderem que somos todos responsáveis pela formação das novas gerações, ajudando-as a reabilitar a “política”, que é uma das formas mais altas da caridade, a fim de que cada vez mais cresça a participação das pessoas no enfrentamento dos problemas comuns, que se evite todo tipo de elitismo e que, imprimindo uma visão humanista à economia, erradique-se a pobreza.

Numa palavra, o desafio é superar o grande risco de toda comunidade religiosa: a autorreferencialidade, o que significa prender Jesus em si mesma. O lugar da comunidade eclesial não pode ser ela mesma, mas o mundo como ele está hoje configurado e diante de suas crises profundas: uma sociedade secular que não mais se deixa tutelar por instâncias exteriores a si mesma, que por isso reivindica autonomia plena em relação a qualquer compreensão religiosa do mundo, marcada por uma miséria que ameaça a vida de dois terços da humanidade e por um processo gigantesco de destruição das próprias bases da vida no planeta: “...crescem a

falta de respeito e a violência, a desigualdade social torna-se cada vez mais patente. É preciso lutar para viver, e muitas vezes viver com pouca dignidade” (AE 52). Para o papa, tudo isso é fruto de um sistema que “impôs a lógica do lucro a todo custo, sem pensar na exclusão social nem na destruição da natureza” (II,7).

É impossível imaginar um futuro, para a sociedade, digno do ser humano sem uma colaboração significativa das energias morais numa democracia que se entenda ser mais do que o mero equilíbrio da representação dos interesses estabelecidos. Daí por que o único modo de uma pessoa, uma família, uma sociedade crescer, a única forma que faz avançar a vida dos povos é a “cultura do encontro”, em que cada um tem algo de bom com que contribuir. A Igreja precisa fazer-se humildemente servidora desse processo de reconfiguração da vida humana, assumindo o papel fecundo de fermento na vida social.

É, portanto, no mundo que a comunidade dos discípulos de Jesus cumpre a missão de evangelizar que recebeu de Jesus: a Igreja não existe em função de si mesma, mas a serviço do mundo; ela deve acompanhar a humanidade em todos os seus processos (AE 24). Daí o motivo de sua insistência numa “Igreja em saída” (AE 20) para chegar às periferias humanas. Assim, ela não pode ser indiferente ao que se passa no mundo, antes faz parte de sua missão compreender o que acontece e discernir os apelos de Deus a partir de seu contexto histórico. Numa palavra, exige-se uma Igreja que se organize para servir a todos os batizados e aos homens de boa vontade, que seja capaz de sair da cultura rural onde nasceu para anunciar o Evangelho no idioma da cultura de hoje, ob-

jetivando oferecer uma resposta aos problemas existenciais do homem de hoje, especialmente das novas gerações.

O papa tem consciência, contudo, de que não é sua tarefa “oferecer uma análise detalhada e completa da realidade contemporânea” (AE 51), mas antes animar as comunidades eclesiais a “estudar os sinais dos tempos”. Por isso, sua primeira palavra é um convite aos cristãos a tomar consciência da grave responsabilidade de tentar compreender nosso contexto histórico, uma vez que “algumas realidades hodiernas, se não encontram boas soluções, podem desencadear processos de desumanização tais que será difícil depois retroceder” (AE 51). O que se impõe, então, é a urgência de fazermos um “discernimento evangélico” que possa abrir caminhos para o percurso da Igreja em nosso mundo (AE 1).

II. Discernimento de novos caminhos para o Evangelho no mundo

Como está estruturado nosso mundo? O papa começa com uma consideração do horizonte de compreensão que marca o mundo atual e que constitui para ele um grande risco para a vida humana: a humanidade contemporânea, com sua múltipla e avassaladora oferta de consumo, é marcada por uma tristeza individualista que gera um coração comodista e mesquinho. Isso leva o homem atual a pôr no centro de sua vida a consciência isolada, que busca prazeres superficiais, o que o conduz a se fechar em seus próprios interesses eliminando o espaço para os outros, sobretudo, para os pobres e para Deus. Isso tem consequências em todas as dimensões de sua vida (AE 2).

O papa compreende que a sociedade moderna de hoje, em aspectos fundamentais, não é mais aquela que se apre-

sentava no período do Vaticano II. Naquela época reinava um grande entusiasmo com as grandes conquistas do homem moderno e se difundia a ideia de que o desenvolvimento econômico, fruto da revolução industrial com seus padrões de consumo, poderia estender-se a toda a humanidade e, assim, poderia atingir as grandes massas das populações do assim chamado Terceiro Mundo.

Na tentativa de compreender esses processos, C. Furtado² articulou a tese fundamental de que se terminou criando o “mito do desenvolvimento” radicado na pressuposição de uma confiabilidade inquebrantável no desenvolvimento tecnológico e no sistema de mercado. Além disso há aqui, o que é muito importante, um reconhecimento implícito do direito de todos os seres humanos a participar dos frutos do desenvolvimento. Essa tese foi radicalmente contestada por L. von Mises, a grande referência teórica de F. Hayek, certamente um dos mais importantes teóricos que inspirou a teoria econômica hoje hegemônica. Von Mises defende a tese de que não há leis naturais que concedam a todas as pessoas o direito de acesso a bens materiais,³ conseqüentemente não existe algo como uma “justa distribuição” de bens econômicos a partir de que se pudesse criticar ou intervir na forma como o mercado efetiva essa distribuição. Não há, por isso, dívida social a pagar pelo Estado ou pela sociedade. Dessa forma, todo programa social que, em nome da preten-

² Cf. FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 16.

³ Cf. a respeito da prioridade dos direitos fundamentais ante o mercado: SUNG, J. M. Teologia da Libertação e a “revolução da estrutura mítica” do capitalismo. *REB*, v. 76, n. 304 (2016), 792-819; *Religião, Direitos Humanos e neoliberalismo em uma era pós-humanista* (mimeo.), 2017.

sa justiça social, transfere riqueza dos ricos para os pobres não passa de roubo.⁴

Na verdade, no século passado, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, a economia capitalista atingiu um grande progresso nas nações ricas, tendo sido capaz, através de uma série de mecanismos, de conciliar celeridade na acumulação de capital com mudanças relevantes nas condições de vida da classe trabalhadora. A década de 70 manifestou, por uma série de razões, o esgotamento deste modelo de configuração da economia capitalista. Neste contexto de crise reaparece, como resposta teórica à situação ameaçadora, uma teoria econômica⁵ elaborada nos anos 40 que se vai chamar de “neoliberalismo” e que hoje constitui o princípio hegemônico configurador do mundo capitalista.

III. O “princípio-eixo” da economia liberal é o “mercado”

A teoria neoliberal considera o “mercado” como a realidade econômica empírica fundamental e articula suas categorias teóricas centrais a partir de uma projeção ao infinito dessa base empírica, o que torna possível a elaboração da categoria de “mercado perfeito”⁶ ou de “competição perfeita”. Mercado é um mecanismo de funcionamento do processo produtivo. Mercado perfeito significa a efetivação suprema

⁴ Cf. MISES, L. von. *The Anti-capitalist Mentality*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2008.

⁵ Cf. HAYEK, F. A. *The Road to Serfdom: texts and documents*. Definitive Edition. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

⁶ Um conceito considerado autocontraditório pelo próprio Hayek. Cf. HAYEK, F. A. *Individualismus und wirtschaftliche Ordnung*. Erlenbach-Zürich: Eugen Rentsch Verlag, 1952, p. 27.

desse mecanismo, o que conduz a um equilíbrio entre os três elementos básicos de produção: os fatores de produção, os consumidores e os produtos.

Para essa elaboração, essa teoria parte da ideia de que o ser humano é um ser de necessidades e desejos que, para serem satisfeitos, têm necessidade de recursos. A partir daqui, é possível delinear o problema econômico fundamental da vida humana: existe uma discrepância entre necessidades e desejos humanos e os meios de satisfazê-los. Por isso, todo sistema econômico é, na realidade, uma escolha de uma forma de enfrentar o desafio básico da escassez de bens. A sociedade moderna é marcada por um problema fundamental que exige uma maneira determinada de enfrentamento dessa questão. Trata-se de uma sociedade extremamente complexa, fundada na divisão social do trabalho e, conseqüentemente, no trabalho individual. A questão econômica central aqui é a questão da coordenação dos diversos processos de trabalho realizados por diferentes agentes econômicos que interagem entre si. A questão, então, diz respeito a como essas diferentes atividades podem ser coordenadas entre si, de tal modo que o resultado do conjunto da produção de todos possa adequar-se às suas escolhas de consumo.

É a busca de solução para essa questão que conduz, desde A. Smith, à articulação da tese fundamental de uma economia de orientação liberal. O ponto de partida é a consideração da liberdade de cada indivíduo na busca da satisfação de suas necessidades e desejos na base de seus recursos e conhecimentos, sem qualquer plano imposto pela instância estatal. A tese é de que há um mecanismo impessoal (Smith utiliza aqui a metáfora da “mão invisível”) que garante uma

lógica interna de funcionamento na aparente desordem proveniente do entrelaçamento dessas inúmeras atividades.

Essa ordem estrutural garante, na linguagem da teoria econômica neoclássica, a alocação eficiente dos recursos produtivos. Isso significa dizer que, na medida em que cada um busca seu próprio interesse, faz-se, por mediação do sistema de preços, a coordenação dessa multiplicidade imensa de atividades com a exclusão de qualquer intervenção estatal. Esse mecanismo, “princípio-eixo” da economia liberal, é precisamente o “mercado”, que é, assim, tratado como um princípio de articulação de um determinado paradigma econômico, ou seja, o paradigma liberal, que é diametralmente contraposto ao paradigma da economia baseada na intervenção estatal. Esta é excluída, a não ser quando se destina ao fortalecimento do próprio mercado, à consolidação dos interesses do capital e à ampliação da abertura comercial e financeira. Nessa forma de configuração da atividade econômica, para Francisco, “instaura-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras” ... Neste sistema... “qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa diante dos interesses do mercado divinizado, transformados em razão absoluta” (AE 56).

O mercado se baseia nas trocas voluntárias e na formação de preços através de um processo competitivo, constituindo-se como o único mecanismo capaz de regular e coordenar as atividades de indivíduos membros de sociedades marcadas pela divisão do trabalho. O Papa Francisco aponta para teorias econômicas que defendem que assim se chega não só a um sistema capaz de funcionar adequadamente, mas que é também capaz de produzir justiça social: “pres-

supõem que todo crescimento econômico, favorecido pelo livre mercado, consegue por si mesmo produzir maior equidade e inclusão social no mundo. Esta opinião, que nunca foi confirmada pelos fatos, exprime uma confiança vaga e ingênua na bondade daqueles que detêm o poder econômico e nos mecanismos sacralizados do sistema econômico reinante” (AE 54).

Como se legitima a primazia do mercado diante do mecanismo do planejamento das atividades produtivas? O principal argumento dos neoliberais hoje é que o mercado exerce uma “função epistêmica” que o planejamento é incapaz de exercer, pois o planejamento pressupõe um conhecimento completo do mercado como condição de possibilidade da promoção consciente e voluntária do processo econômico. Dada a complexidade estrutural de uma economia moderna, isso é impossível, por isso só um “mecanismo inconsciente e automático” pode resolver o problema. Assim, o mercado se revela como um mecanismo capaz de suprir a falta de conhecimento e, com isso, de impedir a anarquia, produzindo um processo produtivo como um processo coordenado.

Essa economia, centrada no mercado como mecanismo exclusivo, passou por deslocamentos fundamentais nas últimas décadas, cuja compreensão é decisiva para que se possa entender a forma como o capitalismo se configura em nossos dias.⁷ A tese fundamental é que o centro da economia hoje é o “capital financeiro”. Está em curso um processo de globalização financeira que torna difícil aos países adotar políticas macroeconômicas independentes e as reformas fi-

⁷ Cf. DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder: dominação financeira sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Outras Palavras/Academia Literária, 2017.